

Parlamentarismo e presidencialismo empatam em pesquisa

Da Redação da Folha

A população de nove capitais brasileiras — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém e Brasília — está dividida entre o presidencialismo (43%) e o parlamentarismo (42%), sendo que a maioria (71%) não sabe a diferença entre os dois sistemas de governo. Caso o plenário ratifique a adoção do parlamentarismo aprovada na Comissão de Sistematização, a maioria da população (57%) não teria, hoje, um constituinte preferido para indicar para o cargo de primeiro-ministro. O nome do senador Mário Covas (PMDB-SP) destacou-se com 11% das preferências, seguido (com 4%) pelo presidente interino da República, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e pelo deputado federal Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP) com 3%.

Estes dados foram obtidos pelo DataFolha em pesquisa realizada nos últimos dias 24 e 25, junto a 4.755 pessoas, maiores de 18 anos, residentes nas nove capitais. A população de cada cidade foi estratificada por zona geográfica, nível sócio-econômico da região, sexo e idade.

A pesquisa foi aberta com uma pergunta sobre as diferenças entre os dois sistemas de governo. 71% não souberam responder (somando-se os que deram respostas erradas); 15% deram respostas parcialmente corretas ou incompletas e apenas 14% deram respostas essencialmente corretas, referindo-se a divisão de tarefas e poder entre o presidente e o primeiro-ministro, sob o parlamentarismo, em contraste com a extensão do poder do presidente, sob o parlamentarismo.

Definição dos sistemas

Após uma definição do presidencialismo — que é o sistema atual, em que o presidente é o único chefe de governo e escolhe os ministros de

Você é a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo como sistema de governo? (em porcentagem)

Categorias	Capitais								
	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Curitiba	Porto Alegre	Salvador	Fortaleza	Brasília	Belém
Presidencialismo	40	53	39	46	39	42	42	40	42
Parlamentarismo	47	32	34	45	45	43	43	40	38
Outras	9	10	16	6	11	10	6	15	12
Não sabe	4	5	11	3	5	3	9	5	7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nº entrevistas	(1045)	(699)	(424)	(431)	(431)	(434)	(432)	(428)	(431)

Fonte: DataFolha

Estado — e do parlamentarismo — como sistema em que o presidente divide a chefia do governo com o primeiro-ministro, que indica os ministros de Estado — os entrevistados optaram por um ou outro sistema. Entre os que já sabiam total ou parcialmente a diferença foi maior a preferência pelo presidencialismo (52% a 49%, respectivamente) que pelo parlamentarismo (37% a 40%). Entre os que não sabiam a diferença, houve uma ligeira preferência pelo parlamentarismo (43% a 40%).

Presidencialismo cresce

Pesquisa realizada pelo DataFolha há cerca de 2 meses em 11 capitais apontava a preferência da população pelo parlamentarismo (43%, contra 36% em favor do presidencialismo). O crescimento do presidencialismo pôde ser observado em todas as capitais, até mesmo em São Paulo (de 31% para 40%), Porto Alegre (de 35% para 39%) e Salvador (38% para 42%), onde as populações continuam majoritariamente parlamentaristas (respectivamente 47%, 45% e 45%).

Belo Horizonte e Rio

Em Belo Horizonte, o parlamentarismo antes majoritário (45% a 36%)

Você saberia dizer qual é a diferença entre o presidencialismo e o parlamentarismo? (em porcentagem)

Categorias	Respostas corretas	Respostas parcialmente corretas	Não sabe / respostas incorretas
Presidencialismo	52	49	40
Parlamentarismo	37	40	43
Outras respostas	10	8	10
Não sabe	1	3	7
Total	100	100	100
Nº entrevistas	(661)	(691)	(3399)

Fonte: DataFolha

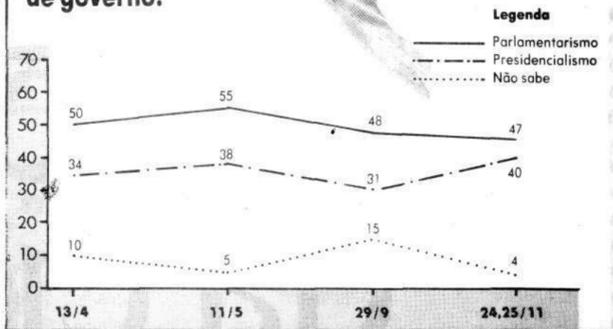
perdeu a preferência para o presidencialismo (39% a 34%). No Rio, onde já existia uma preferência pelo presidencialismo, o apoio aumentou de 42% para 53%, enquanto o parlamentarismo foi de 35% para 32%.

Além de Covas, Ulysses e Lula, os senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa (ambos do PMDB) e Afonso Arinos (PFL) também foram lembrados. Outros constituintes não atingiram 1%, no total

ponderado, mas obtiveram destaques nas capitais de seus Estados.

A pesquisa foi uma realização do DataFolha, sob direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes, tendo como auxiliar de planejamento e análise o sociólogo Gustavo Venturi. A coordenação dos trabalhos de campo ficou a cargo de Paulo Tadeu Petraglia (São Paulo), Cláudio Azevedo Andrade (Rio de Janeiro), Iva de Azevedo Nobre Bernal (Salvador), Maurício Gugelmin (Curitiba), Ana Rita Castro Trajano (Belo Horizonte), Beatriz Rodrigues Alves (Porto Alegre), Francine Munhoz de Moraes (Brasília), Paulo Sérgio Souto Mota (Fortaleza) e Antonio Fernando Botelho da Cunha (Belém). A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.

Evolução da opinião dos paulistanos quanto a definição, pelo Congresso constituinte, do sistema de governo.



Se o plenário do Congresso constituinte confirmar a adoção do parlamentarismo, qual dos atuais senadores e deputados federais você gostaria que fosse indicado 1º ministro?

Categorias	Total ponderado 9 capitais %	Capitais com as maiores taxas (%)
Mário Covas (PMDB)	11	São Paulo 20
Ulysses Guimarães (PMDB)	4	Brasília 9
Luis Inácio Lula da Silva (PT)	3	Salvador 7
Fernando Henrique Cardoso (PMDB)	1	Belém 5
José Richa (PMDB)	1	Rio de Janeiro 3
Afonso Arinos (PFL)	1	São Paulo 3
Maurício Benevides (PMDB)	1	São Paulo 2
Jarbas Passarinho (PDS)	1	Belo Horizonte 1
José Fogaça (PMDB)	1	Curitiba 8
Ruy Baccellari (PMDB)	1	Brasília 1
Pimenta da Veiga (PMDB)	1	Rio de Janeiro 2
Mendes Ribeiro (PMDB)	1	Fortaleza 5
Almir Gabriel (PMDB)	1	Belém 6
Maurício Correa (PDT)	1	Porto Alegre 4
Outros constituintes	4	Salvador 3
Nomes não válidos	17	Belo Horizonte 2
Não sabe/nenhum	57	Porto Alegre 3
Total	100	Belém 2
nº de entrevistas	(4.755)	Brasília 5

* não atingiu 1%

Fonte: DataFolha

Mandato de quatro anos diminuiu as chances dos parlamentaristas

Da Sucursal de Brasília

Uma pesquisa entre os 559 constituintes por fim esta semana às dúvidas do bloco parlamentarista no Congresso constituinte. Os líderes parlamentaristas das bancadas de cada Estado estão checando quantos votos podem ser computados em favor desse sistema, mesmo com a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos. "O parlamentarismo está latente, mas é uma incógnita", disse a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das principais articuladoras do bloco.

Mesmo não admitindo publicamente um refluxo da proposta parlamentarista, o grupo sabe que a redução do mandato presidencial trouxe muitas dificuldades à aprovação do novo sistema de governo. Ao lado de defensores históricos do parlamentarismo, como o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), muitos constituintes engrossaram o bloco para esvaziar os



O senador Afonso Arinos

poderes do presidente José Sarney. A consequência natural com a redução do mandato de Sarney é um crescimento do bloco presidencialista. Além de sua tradição na história brasileira, o bloco dos parlamentaristas

tem os desdobramentos de uma eleição presidencial, marcada, a princípio, para dezembro do ano que vem. Todos os partidos têm candidatos natos ou praticamente lançados, como Leonel Brizola (PDT) e Luis Inácio Lula da Silva (PT).

O desenrolar dessas candidaturas e o trabalho que as lideranças partidárias fizerem contra o parlamentarismo podem ser decisivos para o seu sepultamento pelo plenário. Quanto antes for votado, mais chances terá de ser aprovado. Até agora, só Brizola foi à TV para atacá-lo.

Há três domingos, quando a Comissão de Sistematização encurtou o mandato presidencial, Afonso Arinos pediu que os constituintes aprovassem cinco anos para Sarney. Para ele, o aceno com eleições presidenciais imediatas seria "o fim" da proposta parlamentarista. Decepcionado com a votação, o senador refugiou-se em sua casa no Rio e não participou de mais nenhuma negociação.

Presidencialistas entregam defesa do sistema de governo a candidatos

Da Sucursal de Brasília

Na defensiva há vários meses, os presidencialistas conseguiram sua mais clara vitória no Congresso constituinte quando a Comissão de Sistematização aprovou, dia 15 último, um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. A esperança dos presidencialistas repousa, agora, na expectativa de que os "presidenciáveis" de todos os partidos serão os primeiros a querer pressionar suas bancadas contra um parlamentarismo que cortaria seus poderes, se eleitos.

Esse raciocínio é verdadeiro para pelo menos três candidatos: Aureliano Chaves (PFL), Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Leonel Brizola (PDT). O problema complica-se dentro do PMDB, embora todos os "presidenciáveis" mais cotados deste partido também sejam presidencialistas — o deputado Ulysses Guimarães, o senador Mário Covas e o governador paulista Orestes Quéricia.



O deputado Ulysses Guimarães

É que estão no PMDB as mais sólidas lideranças parlamentaristas na Constituinte e, acima disso, espalha-se com mais intensidade dentro do partido a avaliação de que o novo sistema de governo seria a melhor

opção para os peemedebistas conservarem o poder, em 1988, já que são maioria no Congresso. É por isso que o deputado Ulysses Guimarães conserva-se quieto nesta questão. "Ele está muito discreto, não fala uma palavra" — animava-se, na última terça-feira, o senador parlamentarista José Fogaça (PMDB-RS).

Os presidencialistas estão convictos de que no final Ulysses acabará jogando contra o parlamentarismo. Foi com este objetivo que o senador Marco Maciel (PFL-PE) e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, foram a casa de Ulysses em São Paulo, no fim-de-semana passado. Maciel acredita que presidencialismo poderá unir líderes tão díspares quanto Lula, Brizola, Aureliano, Ulysses, Covas e o senador Jarbas Passarinho. Mas a estratégia de unir os "presidenciáveis" tem limites. Covas, por exemplo, teve que se comprometer a lutar pela manutenção do parlamentarismo para conseguir os quatro anos para Sarney.



Orestes Quéricia tira o paletó durante o encontro com o governador fluminense Moreira Franco, no Palácio das Laranjeiras

No Rio, Quéricia nega ter ACM como vice em chapa criada por Marinho

Da Sucursal do Rio

O governador de São Paulo, Orestes Quéricia, contestou ontem, no Rio, o noticiário sobre o lançamento do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, como candidato a vice-presidente numa eventual chapa quericista que excluiria o governador da Bahia, Waldir Pires, inimigo do ministro, e que estaria sendo articulada pelo presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. "Meu aliado político natural, meu companheiro natural é o Waldir", declarou, após almoçar no Palácio Laranjeiras (na zona sul carioca) com o governador do Rio, Wellington Moreira Franco. Em entrevista coletiva, os dois governadores defenderam o nome do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, como "candidato natural" do PMDB à Presidência da República.

"Eu me dou bem com todo mundo, mas sou do PMDB", disse Quéricia. O

governador de São Paulo voltou a afirmar que também Moreira Franco é "um nome que tem que ser lembrado" na sucessão presidencial. No entanto, ambos negaram a pretensão de candidatar-se e Quéricia foi mais enfático, afirmando que não concorre "nem mesmo se for convocado pelo partido".

O almoço, que começou às 13h45 e terminou às 15h45, teve por objetivo discutir a necessidade de um entendimento no Congresso constituinte entre o chamado "Centrao" e as principais lideranças para acelerar a conclusão da nova Constituição. Ambos opinaram que esse entendimento deve ser em torno dos pontos polêmicos — como estabilidade no emprego, jornada de trabalho, hora extra, seguro-desemprego e outros — como forma de impedir que a elaboração da nova Carta seja protelada.

Entre os pontos polêmicos, Quéricia citou também "o grande interesse de São Paulo" na elevação do número

de parlamentares dos Estados mais populosos, "incluindo Rio e Minas, por exemplo". Ele reafirmou que São Paulo "tem direito a 114 cadeiras no Congresso, no máximo, e oitenta, no mínimo". No contexto da necessidade de aceleração dos trabalhos constituintes, Moreira disse que, tendo em vista a eleição presidencial em 1988, a "imediata promulgação da nova Constituição permitirá ao PMDB definir um programa mínimo de governo, passando a cuidar da sucessão, organizar a campanha eleitoral e escolher os candidatos".

Moreira insistiu na sua tese de um "programa mínimo" porque — sendo 1988 um ano eleitoral, com a inflação e a crise econômica prejudicando o PMDB — "a questão econômica não é apenas uma preocupação especial. É a preocupação. No Brasil de hoje, a instabilidade política é fruto da crise econômica, muito mais importante do que se discutir parlamentarismo, presidencialismo e mandato".